

Considerações sobre a exposição portuguesa “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI”

Alda Heizer*

Recebido em: 29/06/2021

Aprovado em: 10/07/2021

Resumo

O artigo apresenta considerações sobre a exposição “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI”, que foi apresentada ao público no Padrão dos Descobrimentos e prevista para durar de 16 de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2021. A pandemia da Covid-19, no entanto, fez com que, em maio, a exposição fosse fechada para o público. O monumento, situado à beira do rio Tejo, em Belém, Portugal, concebido para figurar na Exposição do Mundo Português, em 1940, fez parte do evento que imprimiu mudanças significativas na configuração urbana daquele local. “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI” oferece subsídios para pensar as efemérides com suas permanências, bem como sobre os usos do passado.

Palavras-chave

Exposição; Padrão dos Descobrimentos; Belém.

Abstract

The article presents insights about the exhibition "Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI" that was presented to the public at Padrão dos Descobrimentos and scheduled to run from 16th February 2020 until 31st January 2021. However, due to the Covid-19 pandemic, the exhibition was forced to close to the public in May. The monument located on the banks of the Tagus River in Belem, Portugal, was designed to be part of the World Fair of 1940 which led to significant changes on the urban configuration of the area. "Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI" offers subsidies to think about ephemerides and their permanence as well as uses of the past.

Keywords

Exhibition; Padrão dos Descobrimentos; Belém.

*Historiadora, doutora em geociências (IG-UNICAMP), pesquisadora afiliada ao JBRJ, professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação (PPG) em Botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) do JBRJ; e no PPGPAT/COC/FIOCRUZ. Participa de grupos do CNPq. E-mail: alda.heizer@gmail.com

Introdução

O presente artigo foi escrito durante a pandemia da Covid-19 que vem acometendo a população mundial desde os primeiros meses de 2020, com consequências drásticas, e trazendo para a cena as desigualdades sociais, pobreza extrema, ações de autoridades que defendem teses negacionistas, entre outras tragédias pessoais e coletivas. Foi nesse quadro que o antropólogo Daniel Miller,¹ ao se dirigir aos seus orientandos de doutorado do London College, impossibilitados de fazer trabalhos de campo na Índia e nas Filipinas, chamou a atenção sobre como as alternativas *on-line* poderiam ser uma saída metodológica.

O ponto de partida é que um engajamento *on-line* será diferente para cada população com que você trabalhe e, é claro, em diferentes níveis (...) você precisará de um entendimento disso ou de formas específicas de envolvimento, como você necessitaria em qualquer outro tipo de etnografia *off-line*. Portanto, assim como existem muitos contextos *off-line* com os quais você pode trabalhar, também quero afirmar que há diversificados contextos *on-line* e a experiência em cada um será verdadeiramente diferente.²

A discussão de Miller é aprofundada em seu texto “Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social” e diz muito também sobre o modo como, em diferentes sociedades, os novos ambientes digitais são usados. Foi a partir das orientações do antropólogo que decidi que a minha metodologia também poderia ser redefinida. Diferentemente dos alunos de Miller, meu campo de pesquisa é fundamentalmente a biblioteca e/ou o arquivo. Diante da impossibilidade de frequentá-los por causa do isolamento social imposto pela pandemia, identifiquei outro caminho possível para responder ao desafio de escrever para um dossiê a ser publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, desdobramento de importante encontro acadêmico realizado em 2020, remotamente.

Sediado na cidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional organizou, em outubro de 2020, o Seminário Internacional “Miradas Decoloniais para os Centenários Portugueses (1940-2020)”:

O objetivo do Seminário Internacional do MHN neste ano é provocar debates e estimular reflexões sobre o evento e seu legado, especialmente no campo dos museus e do patrimônio, apontando perspectivas para um futuro emancipador e plural nos processos de escritas da história e construção das memórias.³

Sem acesso a catálogos e a outras publicações, que estão depositadas em bibliotecas e arquivos, locais presenciais de consulta, busquei outro caminho possível, como afirmei acima.

A par de trabalhos de pesquisa de excelência no Brasil e em Portugal sobre o tema da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, em Belém, busquei no Google inicialmente informações em jornais portugueses.

Li análises bastante interessantes e de conteúdo sobre a Exposição de 1940. No entanto, pensei que ainda não era o suficiente para a escrita do meu texto. Foi então que, em 30 de abril de 2021, uma matéria do jornal Público me chamou a atenção e me acenou para a possibilidade de dar continuidade ao texto para o dossiê dos *Anais do MHN*.⁴ Refiro-me ao artigo “A guerra foi um capítulo violento, mas a violência está inscrita no passado colonial”,⁵ assinado pelo professor Miguel Cardina,⁶ da Universidade de Coimbra. O artigo se ocupava mais especificamente sobre a análise do discurso do presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, na altura das comemorações do 25 de Abril.⁷ O historiador, que vem se dedicando a questões como “o que é que Portugal pretende fazer para enfrentar, de forma cabal, os persistentes silêncios sobre este passado?” e “o que fazer para lidar melhor com o passado colonial e a guerra?”,⁸ ressaltou algumas questões que me permitiram relacionar à efeméride de 2020 às Comemorações dos Centenários Portugueses (1940-2020). Além disso, Cardina vem analisando em seus trabalhos questões que são caras ao universo dos museus como “o que fazer para lidar melhor com o passado colonial”, o fato de não haver museu do colonialismo, as dificuldades de lidar com o passado “difícil”⁹ e a violência física e simbólica, entre outras questões que interessam, e muito, ao campo dos museus. Questões atuais que podem nos remeter a discussões sobre os museus no Brasil e à temática dos “descobrimientos”, mas também das “independências”. Certamente que as sugestões de Cardina para uma aproximação com universidades africanas, por exemplo, já são uma realidade entre pesquisadores no Brasil, mas é preciso mais iniciativas que, longe de prestarem contas com o passado, busquem analisar como esse passado se atualiza nas exposições dos museus históricos, ousar dizer nos museus de história natural e nos jardins botânicos também. Não só os museus históricos podem escolher o que Cardina chama de “passados difíceis”, mas também os museus de história natural e os jardins botânicos, especialmente, quando contam as suas histórias de projetos de criação ou explicam as suas políticas de coleção, por exemplo.¹⁰

O fato é que, em 2022, altura em que o dossiê já estará disponível, as instituições no Brasil organizarão as comemorações de sua independência política de Portugal. Mas, em 2022, o que se comemorará? Certamente que haverá resistência a uma comemoração orientada pelo governo de extrema direita, um desafio para as instituições, por certo.¹¹

Um dos eventos que será lembrado é a Exposição Internacional de 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Tais eventos aconteciam, em sua maioria, em datas comemorativas tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX, e, a título de exemplo, citamos: 1876 (100 anos da independência das colônias norte-americanas); 1889 (100 anos da Revolução Francesa); 1908 (100 anos da Abertura dos Portos e da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil); 1922 (100 anos da Independência Política do Brasil de Portugal), entre outras exposições. Nessas ocasiões, os países organizadores buscavam fazer uma retrospectiva histórica sobre os seus progressos em várias áreas. Tais informações constam em diversos tipos de suporte, relatórios, catálogos, memórias, entre outros. Já os países que participavam como convidados, cada um com suas potencialidades, apresentavam o que escolhiam como representativo do esforço em participar das “Grandes Festas do Progresso e da Civilização”. A produção de símbolos e imagens por esses eventos nos remetem ao que Hobsbawm afirmou em seu livro *A Invenção das Tradições*:

A maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas.¹²

Sobre as exposições no Brasil nas primeiras décadas do século XX, especialmente a Exposição de 1922 citada acima, Mota chama a atenção para como

(...) uma vasta documentação, praticamente inexplorada, especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indica igualmente que o Centenário de 1922 mobilizou a população em geral, e a intelectualidade em particular, do Rio de Janeiro e São Paulo, principais centros urbanos do país. Nesse sentido, tal celebração não pode ser reduzida à simples comemoração de uma data memorável, uma vez que se constituiu num momento-chave de reflexão e debate sobre a identidade nacional. Ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e imperial, bem como as realizações republicanas, a comemoração de 1922 suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente os dilemas da “salvação” nacional.¹³

Na segunda metade do século XIX, o Império do Brasil participou de quase todos os eventos e, nas primeiras décadas do século XX, a República também se fez representar nas exposições, lugares, acima de tudo, de socialização da “boa sociedade”.¹⁴

Sepúlveda, em seu livro sobre “A escrita do passado em museus históricos”, cita parte de um comentário do escritor Lima Barreto na revista *Careta*, sobre a ausência da população mais pobre nas exposições, que transcrevo a seguir:

(...) o que se nota, nas atuais festas do centenário da proclamação da independência do Brasil é que elas se vão desenrolando completamente estranhas ao povo da cidade. O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no ânimo nenhuma vibração patriótica. Se não há na nossa pequena gente, indiferença, há pelo menos incompreensão pela data que se comemora.¹⁵

Foi então que, em seguida à leitura do artigo de Cardina, e lembrando das sugestões de Miller em relação ao uso da *internet*, fiz a busca por “Exposição do Mundo Português”, evento que ocupou Belém e que durou 163 dias, até 2 de Dezembro de 1940. De imediato, a referência a um evento me chamou a atenção. Tratava-se de uma exposição apresentada no Padrão dos Descobrimentos,¹⁶ intitulada “Belém: Demolir para encenar - do séc. XVI ao séc. XXI”.¹⁷

A exposição¹⁸

No *site* institucional do Padrão dos Descobrimentos, a exposição “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI” aparece como

Uma exposição que nos leva numa viagem pelas memórias ainda existentes no lugar e por outras, que foram sendo apagadas. Com esta exposição o público fica com uma noção da forma como Belém evoluiu e se transformou ao longo do tempo. Habitamo-nos aos lugares como os conhecemos, e por vezes não questionamos o que ali existia antes, ou os motivos pelos quais foram transformados.¹⁹



Figura 1. Exposição “Belém: Demolir para Encenar – no Padrão dos Descobrimentos 2020”. Fotografia de José Frade. ©JOSE FRADE. Todos os direitos reservados.

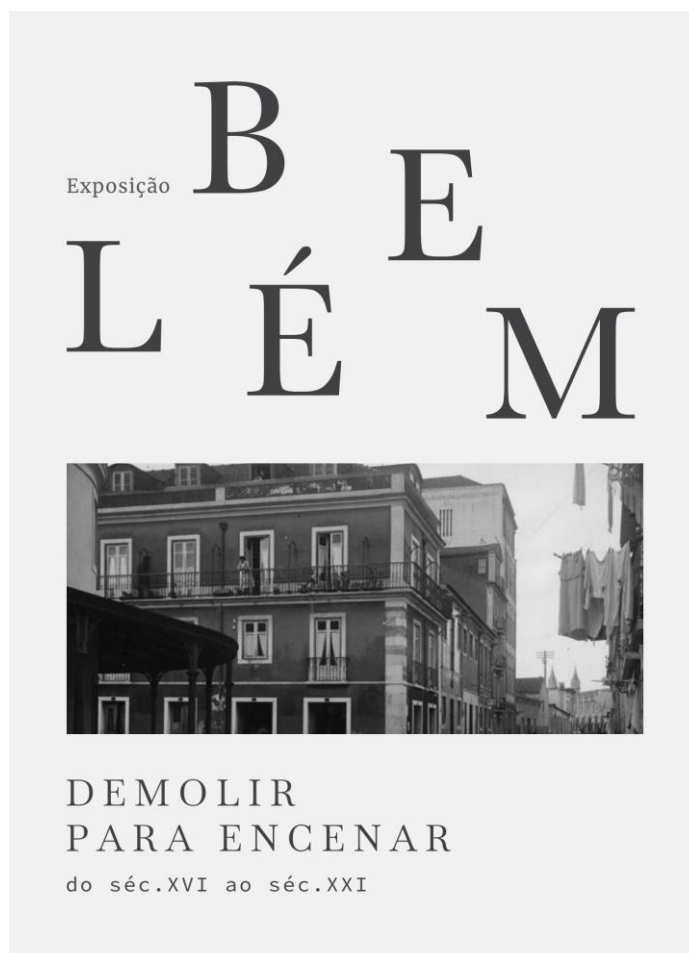


Figura 2: Fotografia: Capa do catálogo da Exposição. Fotografia de José Frade. ©JOSE FRADE. Todos os direitos reservados.

No *site* da exposição, ainda, imagens, textos e material produzido para a exposição estão disponíveis e convidam o visitante a uma experiência elucidativa.²⁰ Logo “na entrada” da exposição, de cuidadosa curadoria do arquiteto Pedro Rito Nobre,²¹ é possível identificar que Belém tinha uma especificidade importante:

O lugar ajudava a contar a história do passado da nação: Mosteiro dos Jerónimos, rio Tejo, Praça Afonso de Albuquerque, Torre de Belém. A vasta dimensão do certame tomou conta do bairro e Belém para além da Exposição parecia não existir. Mas que lugar era este, antes de 1940? E em que lugar se tornou, finda a Exposição? Qual o papel deste evento no percurso urbano de Belém?²²

O catálogo (folheto, assim como é chamado) elaborado para a exposição e disponível no *site*, apresenta seis partes identificáveis com títulos que demonstram a opção criteriosa da curadoria: “Em 1940, a Exposição do Mundo Português e Belém pareciam um só”, “Um Bairro em Crescimento”, “Belém em 1939: Um Sítio Ainda Antigo”, “O Ciclone Centenário”, “Exposição do Mundo Português”, “Depois da Festa: que planos para Belém?”



Figura. 3: Fotografia: Ambiente interno da Exposição “Belém: Demolir para Encenar – no Padrão dos Descobrimentos 2020”. Fotografia de José Frade. ©JOSE FRADE. Todos os direitos reservados.



Figura 4: Fotografia: Ambiente interno da Exposição “Belém: Demolir para Encenar – no Padrão dos Descobrimentos 2020”. Fotografia de José Frade. ©JOSE FRADE. Todos os direitos reservados.

Uma das singularidades da exposição é o papel que nela desempenharam as imagens que não são reforço de texto, o que me remeteu ao trabalho de Turazzi, intitulado “Iconografia e patrimônio: plataformas de observação”, em que a pesquisadora chama a atenção para o modo como

(...) as relações do presente com as imagens do passado, intimamente ligadas às nossas concepções de tempo, memória e história, são essenciais para a compreensão da forma como representamos esse tempo pretérito, o lugar que a história ocupa em nosso presente e o modo como são tratados os vestígios do passado.²³

Ao explicar ao público a história da ocupação de Belém, uma gravura do século XVIII e uma citação chamam a atenção do visitante para os diferentes usos dos espaços, deslocamentos e respostas a eventos naturais como o terremoto de 1755: “Após o terremoto de 1755, com a cidade de Lisboa destruída, a corte e a nobreza transferem-se para o eixo Belém-Ajuda – o novo centro de decisão política”.²⁴

Um dos textos aborda como, às vésperas de 1940, Belém já apresentava uma dinâmica própria:

Entretanto, as novas políticas urbanas do Estado Novo privilegiam ambientes ruralistas e controláveis e assim serão os novos bairros de casas económicas, como o vizinho Bairro das Terras do Forno. Ao contrário, a área em redor da Rua de Belém materializa na sua estrutura urbana uma história secular, ligada ao rio e a um quotidiano tecido à sombra do mosteiro.²⁵

Por meio de texto de conteúdo, fotografias, desenhos, citações de época, a exposição propõe ao visitante, entre outras coisas, refletir sobre Belém, sua história, transformações ao longo dos anos e a mudança radical que lhe imprimiu a “Exposição do Mundo Português”, de 1940.

O Estado Novo anunciava admiráveis transformações naqueles terrenos vazios, disponíveis para receber tão grande festa. Mas que lugar era este, antes de 1940? E em que lugar se tornou, finda a exposição? Qual o papel deste evento no percurso urbano de Belém?²⁶



Figura 5: Fotografia: Praça do Império, panorâmica anterior à Exposição do Mundo Português, 9 de fevereiro de 1939. Eduardo Portugal (1900-1958). POR056644. Arquivo Municipal de Lisboa

A construção do Monumento aos Descobrimentos foi realizada para a exposição de 1940, depois demolida e reerguida nos anos 1960, em concreto. Sua monumentalidade, com suas estátuas, faz lembrar o que Cardina escreveu sobre o fato de Portugal ter o

Museu da Descoberta, que “reforça descobertas e singularidades portuguesas”, e não ter um museu sobre o colonialismo, sobre os “passados difíceis”.

Em outro momento, a exposição chama a atenção para o fato de que Belém foi apresentada como vazio, e que pouco se documentou a parte destruída, operação que foi batizada como “Ciclone Centenário”, que dá título a essa parte da exposição.

Se o objectivo da Exposição do Mundo Português era celebrar os momentos áureos do passado nacional, então Belém era o cenário óbvio devido à associação com os descobrimentos. O lugar foi apresentado como vazio, disponível para receber o certame, e em parte assim era: extensos terrenos permaneciam expectantes desde a construção do aterro. Sobre o núcleo urbano, os planos eram imprecisos e nenhuma imagem era divulgada. O Regime dos Centenários, publicado em 1938, estabeleceu a base legal que tudo permitiria. Na realidade, metade do bairro desapareceu numa operação pouco documentada, logo apelidada de “Ciclone Centenário”. Processo lento, manual, intercalado por inquietações, desalojamentos e expropriações. O mercado é desactivado, ruas inteiras desaparecem e com elas edifícios já então valorizados patrimonialmente.²⁷

Mais do que o que tais transformações representam, interessou-me a abordagem da exposição sobre os usos dos espaços, ao final da exposição, no texto “Depois da Festa: Que planos para Belém?”. O visitante identifica a atualidade das questões ali apresentadas sobre não só a efemeridade desses eventos, mas daquilo que subsiste, assunto da maior relevância para quem estuda também as “Grandes Exposições” da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, na América e na Europa. O texto chama a atenção para uma constante depois desses eventos, nem tanto analisada por pesquisadores: mesmo no vazio que, de certa forma, tenha sido preenchido, e de fato foi, no entanto, existe uma “permanência incorpórea da exposição”. E esse pode ser um salto interessante para o trabalho com os moradores de Belém e visitantes do Padrão dos Descobrimentos como desdobramentos importantes.

A fragilidade estrutural dos pavilhões obrigou à demolição imediata de muitos deles, exceptuando os mais importantes – mas mesmo estes foram desmontados poucos anos depois. Os vastos terrenos ocupados pela exposição foram ficando desertos. Pontualmente, parcelas desse espaço eram ocupadas de forma errática, mas logo o abandono prevalecia. Tornou-se evidente a ausência de uma estratégia para este lugar após o certame. O vazio cresceu e durou décadas. De 1940 subsiste a Praça do Império, o Padrão dos Descobrimentos refeito (1960), alguns pavilhões transformados e elementos escultóricos dispersos. Mas mais significativa é a permanência incorpórea da exposição. É disso exemplo o

conjunto de planos quiméricos, ancorados ainda numa lógica imperial, que o arquiteto Cristino da Silva desenhou para aqui (1954-1961).²⁸

Interessante notar que as perguntas que orientam a exposição nos permitem fazer outras conexões e abordagens. História, literatura, arquitetura, artes plásticas podem lançar mão do material produzido.

É fato que as exposições nacionais, internacionais e universais, desde a segunda metade do século XIX, ocuparam espaços, demoliram e construíram prédios, estufas, rodas gigantes e obras icônicas como a Torre Eiffel. Alguns existem até hoje e outros só estão nos cartões postais, *posters*, fotografias e desenhos nas memórias depositadas em arquivos e bibliotecas.

Desde a década de 1980, autores brasileiros têm se debruçado sobre a temática das exposições.²⁹ Com objetos e objetivos diversos, são referências para não só estudá-las, como também compreender a participação tanto do Brasil quanto do império português nesses eventos. Tanto nas grandes narrativas e análises como nos recentes trabalhos sobre a participação de províncias brasileiras nas exposições, é possível identificar as marcas que as exposições deixaram no tecido urbano bem como nas memórias e notícias presentes na literatura, nos periódicos, nos museus e arquivos, inscritas por toda parte.

Embora a produção sobre o tema tenha um alcance expressivo, em 2000, Bravo³⁰ ressaltava que era fundamental estudar os pavilhões das exposições, e cita o exemplo da participação da Argentina na Exposição de Paris de 1889, bem como a dos pavilhões latino-americanos nas exposições como expressão das ficções de Estado e como representações de cultura material.

(...) os organizadores da exposição de 1889 sugeriram aos países do sul e da América Central a vantagem de apresentar os produtos num mesmo pavilhão, como já haviam feito em 1878, no que se opôs a delegação argentina, solicitando em troca um espaço de seis mil metros quadrados.³¹

Na Exposição de Paris, de 1889, a Argentina, ao contrário do México e do Brasil, não apresentou qualquer elemento da cultura local, afastando-se de qualquer referência à condição de pré-nação, de país exótico e, portanto, inferior, “pelo contrário, desde as estátuas que adornam o edifício – todas obras de escultores franceses – até os alimentos

e bebidas exibidos, o pavilhão argentino resulta desprovido de marcas nacionais que o identificassem com o país representado”.³²

No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, uma dessas exposições mudou a fisionomia de um lugar, fazendo surgir um bairro; trata-se da Exposição Nacional de 1908,³³ conhecida popularmente como a “Exposição da Urca”. Realizada para as comemorações dos 100 anos da Abertura dos Portos, a exposição apresentou um balanço dos avanços dos primeiros anos da República. Ao leitor desavisado, as fotos produzidas durante o evento apresentavam uma cidade que se abria para outros locais, de beleza natural exuberante, afastado dos morros ocupados por homens, mulheres e crianças que foram expulsos do centro da cidade desde a Reforma Pereira Passos, o Haussmann carioca, lembrando o livro importante sobre o tema, de Jaime L. Bechimol, *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*.³⁴

Mas o que me fez trazer algumas informações sobre a exposição de 1908? E qual é a relação com a exposição dos descobrimentos e o artigo da Cardina?

Talvez seja possível olhar para esses eventos sob uma perspectiva que privilegia os usos desses prédios construídos para os eventos e depois destruídos, ou que permanecem, não só como símbolos ou representações, mas como possibilidade de refletirmos sobre seus usos posteriores, lendo as marcas e os sinais que imprimiram.

O escritor brasileiro Lima Barreto, mencionado anteriormente, em seu livro *Bruzundangas*, refere-se às mudanças na cidade do Rio de Janeiro, na altura das reformas urbanas que pretendiam fazer da cidade uma “Paris nos Trópicos”: “de uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia”.³⁵

A afirmação é muito parecida com o texto a seguir, retirado do catálogo da exposição “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI”:

A destruição de áreas consolidadas em redor de monumentos foi comum nesta época, denotando desconhecimento do que hoje classificamos como património urbano. Aqui, tais demolições implicaram também a negação do devir do bairro na direcção que vinha tomando desde há séculos: urbanização e urbanidade crescentes.³⁶

A abordagem feita pela exposição portuguesa que induz olhar Belém como o trecho acima, e que me faz lembrar de Lima Barreto e sua percepção das reformas como

cenário, talvez permita pensar não só no destino desses locais, suas mudanças e permanências, mas também nos usos desses espaços traduzidos na citação de 1940: “Quando afinal as luzes de mil cores deixarem de incidir sobre os pavilhões, quais são os candieiros que ficam acesos na nossa freguesia? Écos de Belém, 10-7-1940”.³⁷

O caminho metodológico alternativo, inspirado na fala do antropólogo inglês Daniel Miller, por certo me afastou da certeza de que somente com o documento analisado fisicamente em arquivos e bibliotecas fosse a única possibilidade de aproximação, ainda que timidamente, da temática do dossiê. Afirmando que, mais do que isso, os caminhos *online* me possibilitaram traçar algumas considerações sobre uma exposição como “Belém: Demolir para Encenar - do séc. XVI ao séc. XXI”, “viajar” para outras paragens em meio ao isolamento e refletir sobre as possibilidades que o visitante tem de fazer as leituras possíveis. Além disso, identificar ideias como vazios, atrasos, entre outras que devem ser analisadas à luz de outros olhares, como a do arquiteto e curador Pedro Rito Nobre.

Permitiu também pensar a possibilidade de desdobramentos futuros com projetos de história oral aqui entendida como metodologia³⁸ e também como a possibilidade de quebrarmos armadilhas – para citar o escritor moçambicano Mia Couto, que reforçou em um congresso sobre leitura em São Paulo, no Brasil, que

(...) uma terceira armadilha é pensar que a sabedoria tem residência exclusiva no universo da escrita. É olhar a oralidade como um sinal de menoridade. Com alguma condescendência, é usual pensar a oralidade como patrimônio tradicional que deve ser preservado. O culto de uma sabedoria livresca pode contrariar o propósito da cultura e do livro que é o da descoberta da alteridade”.³⁹

Sendo assim, questões como as mencionadas no início do texto, apontadas pelo historiador Cardina em relação ao acesso aos arquivos, por exemplo, e a possibilidade de explorar um tema tão bem apresentado na exposição do Padrão dos Descobrimentos em 2020 – que nos dão pistas ao trazer as memórias de um viajante sobre “a permanência incorpórea da exposição⁴⁰ – ou a questão do cenário, citada pelo escritor brasileiro Lima Barreto, nos permitem dizer que essas afirmações, aqui desse lado do Atlântico, também podem e devem ecoar.

Notas

¹ Daniel Miller é professor no Departamento de Antropologia da University College London e tem uma produção importante sobre cultura material e consumo.

² MILLER, Daniel. “Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”. Blog do Sociofilo (blogdosociofilo.com); MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. *Visualising Facebook*. London: UCL Press, 2017.

³ Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/>. Acesso em: 18 Abr 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/9652-06-10-2020-seminario-internacional-do-mhn-acontece-online-nos-dias-13-e-14-de-outubro.html>. Acesso em: 18 Abr 2021.

⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/04/30/politica/noticia/miguel-cardina-guerra-capitulo-violento-violencia-inscrita-passado-colonial-1960754>. Acesso em: 18 abr 2021.

⁶ Miguel Cardina é historiador, investigador do CES/UC, coordenador do projeto CROME - Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio. As guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação.

⁷ Refiro-me à Revolução de 25 de Abril ou Revolução dos Cravos, de 1974, que implementou o regime democrático.

⁸ Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/24/opiniao/noticia/guerra-colonial-passado-nao-passa-1951756>. Acesso em: 18 Abr 2021.

⁹ Idem.

¹⁰ LOPES, Maria Margaret; PODGORNÝ, Irina. “Trayectorias y desafíos de la historiografía de los museos de historia natural en América Del Sur”. *An. mus. paul.* 21 (1), Jun, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000100003>. Acesso em: 18 Abr 2021; LOPES, Maria Margaret. “O local musealizado em nacional - Aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000. p. 77-96.

¹¹ Cf. Artigo publicado 70 anos após a inauguração da Exposição Nacional de 1922 na cidade do Rio de Janeiro. MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale de luzes”, “bazar de maravilhas” - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

¹² HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 20.

¹³ MOTTA, Marly Silva da. Op. cit. Cf. especialmente o artigo “A nação faz cem anos: o centenário da independência e a questão nacional no início dos anos 20” nessa mesma obra.

¹⁴ NEVES, Margarida de Souza. “Uma cidade entre dois mundos - Rio de Janeiro no final do século XIX”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 119-154.

¹⁵ SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. “Museu Histórico Nacional: do culto ao passado à história síntese”. In: *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, Garamond Universitária, 2006, p. 28.

¹⁶ O Padrão dos Descobrimentos foi construído em 1939, especialmente para a Exposição do Mundo Português, inaugurada em 1940. Três anos mais tarde, em 1943, a construção foi demolida e somente entre 1958 e 1960 o monumento foi reconstruído

¹⁷ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 25 Abr. 2021. “O Padrão dos Descobrimentos tem por missão a gestão, salvaguarda e valorização do conjunto patrimonial: monumento e Rosa-dos-ventos. Incentiva a discussão em torno da temática do monumento enquanto testemunho da memória de uma identidade cultural e patrimonial indissociável da História da Expansão Portuguesa e da sua presença no Mundo. Assegura igualmente, o conhecimento, o debate, e a divulgação da História do Padrão dos Descobrimentos, e dos diversos mentores, que do ponto de vista político, cultural, e artístico concorreram para a sua concretização, representação e forma no plano desenhado para a Exposição de 1940, posterior reconstrução em 1960, até ao presente. Promove o acesso dos vários

públicos ao monumento e aos projectos culturais e pedagógicos que desenvolve, proporcionando novas experiências, aprendizagens, conhecimento e fruição”.
<https://padraodosdescobrimentos.pt/en/monument-to-the-discoveries/>

¹⁸ Agradeço à Maria Cecília Cameira, da Comunicação do Padrão dos Descobrimentos, a disponibilização das imagens do interior da exposição. www.padraodosdescobrimentos.pt.

¹⁹ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso: 25 abr 2021.

²⁰ Aqui não fiz menção às atividades educativas da instituição.

²¹ “Licenciado em Arquitectura pela Universidade Moderna de Lisboa, em 2004, iniciou actividade profissional na Unidade de Projecto de Alfama, gabinete da Câmara Municipal de Lisboa com o propósito da reabilitação, *latu sensu*, daquele bairro (...) O interesse pelo universo da reabilitação patrimonial, e pela reflexão sobre a ideia de património, que iniciou logo no decurso da licenciatura, conduziu-o ao Mestrado em Património, variante Património Urbano, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cuja dissertação de mestrado, defendeu em Janeiro de 2011”. <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 25 abr 2021.

²² Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021, p. 3.

²³ TURAZZI, Maria Inez. “Iconografia e património: plataformas de observação”. In: *Iconografia e património. O Catálogo da Exposição de História do Brasil e a Fisionomia da Nação*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 29-84.

²⁴ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021, p. 4.

²⁴ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021.

²⁶ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021, p. 3.

²⁷ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021, p. 12.

²⁸ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 18 Abr 2021, p. 21.

²⁹ SANJAD, Nelson. “Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 24, no 3, Jul.-Set. 2017, p. 785-826; HEIZER, Alda L. *Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a Exposição de Paris de 1889*. Tese de doutorado em Geociências. Campinas: Unicamp, 2005. Cf. o capítulo 1, “Imagens do progresso”.

³⁰ BRAVO, Álvaro Fernandez. “Latinoamericanismo y representación: iconografías de la nacionalidade en las exposiciones universales (Paris, 1889 y 1900)”. In: MONTSERRAT, Marcelo (org.). *La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones*. Buenos Aires: Manantial, 2000, p. 171-185.

³¹ Idem, p. 179.

³² Idem.

³³ NEVES, Margarida. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP/CNPq, 1986.

³⁴ BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições*

- *habitações populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995. O Museu Histórico Nacional, na altura das comemorações do aniversário da cidade do Rio de Janeiro, concebeu uma exposição a partir do seu acervo e um livro organizado por Cristiane Ramos Vianna João, Maria Isabel Lenzi e Rafael Zamorano Bezerra, *Tão importante, tão esquecido: o bairro da Misericórdia*. Rio de Janeiro: MHN, 2016.

³⁵ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Crônicas. Clássicos da Literatura. São Paulo: Principis, 2021.

³⁶ Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/exposicao-demolir-belem/>. Acesso em: 15 Mai 2021, p. 13.

³⁷ Idem.

³⁸ HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. “Acervos de história oral: um patrimônio silencioso?”. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 11-29.

³⁹ COUTO, Mia. “A armadilha da hegemonia da escrita. Quebrar armadilhas”. In: *E se o Obama fosse africano? Ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 101.

⁴⁰ BARRETO, Lima. Op. cit.